



ATA Nº 3/2013

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2013
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 29 DE ABRIL DE 2013

-----No dia 29 de abril de 2013, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de abril, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nºs 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nºs 1 e 3 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respetivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão - ano 2012;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do corrente ano;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente ao Concurso Público para o fornecimento de energia elétrica (MT-BTE);*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alteração da Tabela de Licenças, Taxas e outras Receitas Municipais;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento de Atividades dos Mercados e Feiras de Lagos;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e da Prestação de Serviços do Município de Lagos;*
- PONTO 10 - *Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno sita em Pedra Alçada - Freguesia de Santa Maria;*
- PONTO 11 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município;*
- PONTO 12 - *Apreciação das Deliberações da Sessão Ordinária de abril de 2013 da Assembleia da Juventude.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus



Fl. 21v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 21 horas, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António Lourenço do Rosário Barroso
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Carla Sofia Caneiro Escarduça

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)

-----**SUSPENSÃO DO MANDATO:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro	Suspensão do Mandato por 186 dias, aprovado na presente reunião
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Alexandre	Substitui o Sr. Carlos Ribeiro

-----**DELIBERAÇÃO Nº 22/AM/2013:**

-----**Aceite** pelo Plenário, de acordo com o estabelecido no nº 2 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, o pedido de Suspensão do Mandato, apresentado pelo Sr. Carlos Alberto Martins Ribeiro (PS), pelo período de 186 dias. Ao abrigo do nº 1 do Artigo 12º do Regimento da Assembleia Municipal, substitui o Sr. Carlos Ribeiro (PS), durante o período de dias já mencionado, na Assembleia Municipal o Sr. Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros (PS).-----

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva	1 dia	Carla Sofia Caneiro Escarduça
PSD	Eurico José dos Reis Correia	1 dia	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos	1 dia	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves	1 dia	António Lourenço do Rosário Barroso

-----**FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**
a seguir indicados:



Fl. 22v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PSD	José Valentim Rosado

-----**JUSTIFICAÇÕES DE FALTA:** Tendo sido apresentadas por escrito as respetivas justificações, apreciadas as mesmas foram pela Mesa consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	REUNIÃO
PSD	Ana Margarida Passos Águas Bento Barros Martins	25/02/2013
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro	4/03/2013
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	4/03/2013
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima	4/03/2013

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

PARIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado, para estar presente na Sessão Ordinária de abril de 2013, para tomar posse como Membro efetivo do Conselho Municipal de Segurança a seguinte cidadã: **SANDRA OLIVEIRA** – Coordenadora do Secretariado de Lagos da ACRAL – Associação do Comercio e Serviços da Região do Algarve.-----

-----Verificada a conformidade formal e após ter prestado o juramento, procedeu à assinatura do respetivo auto, ficando investida nas suas funções.-----

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as



mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes atas:

-----Ata nº 1/2013 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de fevereiro de 2013.-----

-----A Ata nº 1/2013 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	3	1	0	0	19
ABSTENÇÕES	1	1	0	1	1	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 23/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 1/2013 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de fevereiro de 2013.-----

-----Ata nº 2/2013 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de março de 2013.-----

-----A Ata nº 2/2013 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	3	1	1	0	18
ABSTENÇÕES	3	1	0	0	1	5
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 24/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 2/2013 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de março de 2013.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** A munícipe Sra. Teresa Teófilo, referindo-se a uma acção desenvolvida por forças de segurança na feira de velharias de Barão de S. João, no dia 28 de Abril de 2013, perguntou qual a explicação para a intervenção da ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, em conjunto com o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a GNR – Guarda Nacional Republicana, junto das pessoas que se encontravam na feira de Barão de S. João no dia já mencionado, considerando que a Junta de Freguesia de Barão de S. João não exige nenhum pagamento, nem nenhuma licença às pessoas interessadas em participar na feira de velharias daquela localidade. Referiu que a feira em causa tem sido um espaço bastante livre, de partilha, de encontro, de convívio, há já bastantes anos, ajudando, nesta altura de crise, às pequenas economias familiares. Disse ainda que muitas multas foram passadas e de diversos valores.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:



Fl. 23v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	21.07

-----Seguidamente tomou a palavra o Município Sr. José António Espírito Santo Nunes que, em representação da Associação Prolagos – Associação de Promoção e Desenvolvimento, colocou a Associação à disposição dos órgãos autárquicos no sentido de colaborar em tudo aquilo que for útil para o desenvolvimento da cidade. Referindo-se ao Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e da Prestação de Serviços do Município de Lagos, congratulou-se pelo trabalho desenvolvido entre a Câmara Municipal e as Associações.-----

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 64/2013 a 140/2013, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 39/2013 a 114/2013, inclusive.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), a solicitação de todas as Bancadas, propôs um Voto de Pesar e o cumprimento de um minuto de silêncio em memória dos seguintes cidadãos, recentemente falecidos: - Mendes Victor, colaborador do Município de Lagos na área da sismologia; - Joaquim Hespanha, Membro da Junta de Freguesia de Santa Maria e Funcionário Municipal; - Fernando Prazeres, Funcionário Municipal e - José Patrício, Coronel do Exército Português e Presidente do Núcleo de Lagos da Liga dos Combatentes.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocado à votação o Voto de Pesar apresentado pelos Grupos Municipais.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 25/AM/2012:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelos Grupos Municipais.-----

-----Seguidamente foi, pelo Plenário, cumprido um minuto de silêncio em memória dos cidadãos: - Mendes Victor, Joaquim Hespanha, Fernando Prazeres e José Patrício.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: “Considerando que: - A proposta de Lei nº 123/XII, do Conselho de Ministros, vem alterar profundamente a gestão da rede de água pública para abastecimento das populações. Com o pretexto das recomendações da TROIKA, o governo pretende agregar os diversos sistemas municipais existentes e entregar toda a estrutura a privados, alegando maior eficiência; - Esta privatização é tão vasta, que percorre desde a captação da água na natureza, passando pelas margens e os leitos dos rios, pelos recursos pesqueiros marinhos, pelas infraestruturas públicas como portos e barragens, até aos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais; - Afigura-se inevitável o aumento dos preços da água, seja em tarifas, seja em taxas e sobretaxas, acarretando consequências não só para o consumidor doméstico de água, mas



também para os setores agropecuário e industrial; - A aceleração da política de privatização anunciada pelo Governo, com ênfase para a privatização do Grupo Águas de Portugal S. A. (Adp) – operação iniciada em 2008 com a venda da empresa Aquador – que controla já as origens e captação de água da maior parte do País, não só de numerosos sistemas completos de abastecimento de água e saneamento, é ainda mais grave no quadro de aplicação das políticas do FMI/CE/BCE que causam o empobrecimento generalizado da população e protegem o lucro das grandes empresas do setor conduzindo a grandes aumentos da fatura da água e dos impostos e eliminando alternativas como fontanários ou captações próprias; Assim, a Assembleia Municipal de Lagos reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2013, delibera: - A defesa intransigente do setor da água como um bem público inalienável, que deve estar sob a gestão de entidades públicas.”-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta leitura, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.15

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção passou-se à votação da Moção apresentada pela Comissão Permanente.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 26/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pela Comissão Permanente.-

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Apesar da contestação da população e de alguns órgãos autárquicos, como as Assembleias Municipais de Portimão, Lagoa e Lagos, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) introduziu estacionamento pago no referido Hospital. Com a introdução do estacionamento pago, utentes e funcionários do Hospital de Portimão foram muito prejudicados. Os utentes, sem alternativas ao estacionamento pago, são obrigados a pagar um aditamento às taxas moderadoras. Os funcionários, apesar de disporem de uma bolsa de estacionamento mas com um número de lugares de estacionamento muito reduzido em relação ao número de utilizadores, são também obrigados a colocar as suas viaturas no parque pago. Nos dias 9 e 10 do corrente mês, com a imposição do estacionamento pago, gerou-se uma tremenda confusão e caos nos acessos ao hospital: doentes transportados em ambulâncias ou em viaturas particulares ficaram retidos em enormes filas de trânsito. Situações houve em que, para minimizar o tempo de espera, as ambulâncias tiveram que circular em contramão, colocando em perigo os outros condutores. E se não fosse o auxílio das autoridades policiais presentes no terreno, a situação teria tido consequências ainda mais negativas e perigosas. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2013, delibera: - Manifestar o seu mais vivo repúdio pela ação abusiva e de desrespeito pelas vidas dos utentes, funcionários e demais colaboradores do Hospital de Portimão; - Exigir a revogação desta medida discricionária, injusta e muito penalizadora para os utentes desta unidade Hospitalar;



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

- Dar conhecimento desta posição à Administração do Centro Hospitalar do Algarve (CHA), ao Ministro da Saúde, aos Grupos Parlamentares, à Administração Regional de Saúde do Algarve, à Câmara Municipal de Lagos e aos órgãos de comunicação social regionais e nacionais.”-----

-----Existindo uma Moção sobre o mesmo assunto, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando: - A recente medida assumida pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) de cobrar a utilização dos diversos parques de estacionamento desta unidade de saúde; - As graves consequências desta medida injusta para os utentes do CHBA, através do que é, na prática, uma taxa adicional ao seu acesso a cuidados de saúde na rede pública, bem como para os profissionais de saúde desta unidade e até para a circulação automóvel nas áreas circundantes ao hospital, afectando seriamente o acesso de veículos particulares e em situação de emergência às instalações do CHBA mas também a circulação de outros veículos que tenham de passar ali no trânsito normal daquelas vias; - Esta situação tem uma particular gravidade para os utentes de Lagos, uma vez que nas suas deslocações ao hospital para estadias que podem durar horas, como visitas a doentes, idas a consultas de especialidades, tratamentos, análises, fisioterapia, etc, esse encargo significaria um acréscimo muito importante, que pode até inviabilizar a deslocação ou comprometer os cuidados de saúde de cidadãos do concelho de Lagos. - A decisão do Conselho de Administração de suspender temporariamente esta medida, o que prefigura uma intenção não de resolver o real problema - a injusta sobrecarga financeira para os utentes do CHBA - mas sim de assegurar que esta exploração se processa da forma mais eficaz possível; - Que o Conselho de Administração do CHBA que assume medidas deste âmbito, de cariz exclusivamente economicista e sem preocupações com o bem-estar e acesso a cuidados de saúde da população a que deve servir, é exactamente o mesmo que não só toma medidas que afectam a qualidade dos serviços desta unidade de saúde sem consultar os profissionais envolvidos, mas que também se permite criar lugares para familiares, amigos e colegas partidários. O Eleito da CDU propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 29 de Abril de 2013 delibere: Solicitar à entidade que tutela o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, o Ministério da Saúde, a revogação definitiva do pagamento do estacionamento no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio - Hospital de Portimão.”-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que no texto do BE é pedida a revogação da medida, mas ao que parece a medida já foi revogada, ou está suspensa, enquanto que a CDU pede a revogação definitiva desta medida, pelo que perguntou se os dois textos iam ser fundidos ou se iam ser votados separadamente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que podiam ser votadas as duas moções separadamente, acrescentado que, recentemente, a Junta de Freguesia de Portimão votou quatro documentos sobre este assunto, de quatro forças políticas diferentes.---

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que a revogação é definitiva, ou seja, o âmbito das moções apresentadas, é igual.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal



do BE.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 27/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 28/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Decorreu recentemente no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, a cerimónia do lançamento em Portugal do Ano Internacional da Matemática do Planeta Terra. Esta cerimónia insere-se num vasto leque de iniciativas integradas no ano 2013, declarado pela UNESCO como o Ano Internacional da Matemática do Planeta Terra. Durante o ano de 2013, centenas de instituições científicas de todo o mundo realizarão conferências, workshops e outras atividades no âmbito do MPT2013, em que o foco principal será a investigação. Paralelamente serão dinamizadas ações para o público em geral, focadas na divulgação do papel da matemática no estudo do nosso planeta. O contributo da matemática para a compreensão de fenómenos tão distintos como a meteorologia, os sismos ou as epidemias está no cerne da iniciativa, um projeto à escala global, que pretende envolver matemáticos, investigadores, professores, alunos e público em geral. Considerando que o Ano Internacional, entre outros aspectos, pode ter um papel crucial no despertar da consciência pública sobre a importância da matemática para um desenvolvimento sustentável, através do interesse suscitado pelos assuntos relacionados com o Planeta Terra, apoiando a educação em escolas e centros de ciência, estimulando o envolvimento dos jovens nos campos da ciência e tecnologia. Considerando que Lagos dos Descobrimentos, no passado tão ligada a este ramo do conhecimento, não pode ficar alheia à comemoração do Ano Internacional da Matemática do Planeta Terra. O eleito na CDU propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 29 de Abril de 2013 delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: Que em colaboração com as entidades nacionais aderentes à comemoração do MPT2013, as escolas do concelho e Centro de Ciência Viva promova um conjunto de iniciativas integradas na comemoração do Ano Internacional da Matemática do Planeta Terra.”-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS), em relação a este documento, disse que o PS entende que as próprias escolas, com os seus planos de actividades e o Centro de Ciência Viva, igualmente com o seu plano de actividade e com as directivas que tem, já estão, certamente, a trabalhar nesta área, pelo que não cabe à Câmara Municipal fazer recomendações às escolas sobre esta temática. As escolas têm os Agrupamentos com a sua autonomia pedagógica, os seus Conselho Pedagógicos e os grupos disciplinares que já salvaguardaram, seguramente, estas comemorações e o incentivo para a matemática.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é de toda a justiça o Município estar



Fl. 25v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

envolvido nestas comemorações, como tem sido hábito em vários anos internacionais. Referiu que esta iniciativa não abrange só as escolas mas sim toda a população em geral, por isso considera importante o Município ter uma voz e uma presença nas comemorações do Ano Internacional da Matemática do Planeta Terra.-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	4	1	1	1	7
ABSTENÇÕES	2	0	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	16	0	0	0	0	16

-----**DELIBERAÇÃO Nº 29/AM/2013:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A portaria n.º 230/2012, de 3 de agosto, veio proibir a utilização de “caranguejo-mouro, também designado por caranguejo-verde, como isco vivo, na costa algarvia a leste do meridiano que passa pelo farol do cabo de São Vicente (8º 59' 8" W)”. Ou seja, é possível a utilização do isco vivo em todo o território nacional com exceção do espaço a leste do cabo de S. Vicente, o que configura uma inadmissível discriminação. Muitos são os argumentos defendidos pelos pescadores e armadores, contra esta proibição, a saber: - O uso da Cavala não ser higiénico. - O uso da cavala como isco aumentar o valor das despesas de produção, que têm reflexos negativos nas remunerações dos pescadores e rendimentos dos armadores. - Se as embarcações estiverem 1, 2 ou 3 dias impedidas de ir ao mar devido às más condições climatéricas, quando lá vão já as armadilhas não têm nenhum isco (cavala), porque a pulga do mar o chupou todo e só lá estão espinhas. - Mas se o isco for o caranguejo esta situação já não acontece porque este se matem vivo. - O preço da cavala excessivamente caro para uso como isco. - Falta de quantidades suficientes de cavala para fazer face às necessidades exigidas. - O uso do caranguejo vivo como isco, gera poupança de combustível, pois evita ir-se todos os dias levantar as artes, reduzindo, assim, os custos de produção, aumentando por via direta as remunerações dos pescadores e os rendimentos dos armadores. Considerando ainda que o IPMA esclareceu que a utilização do caranguejo não é uma questão científica, acrescentando que os dados existentes não sugerem uma sobre-exploração do caranguejo. Face ao exposto, e em defesa das condições de trabalho dos pescadores e armadores da pesca do polvo do concelho de Lagos em particular e do Algarve em geral. O eleito da CDU propõe: Que a Assembleia Municipal reunida no dia 29 de Abril de 2013 delibere:1. Exigir do Governo a revogação do at.º.8º. da Portaria nº 230 / 2012 de 3 de Agosto que proíbe o uso de caranguejo vivo como isco, a leste do Cabo de S. Vicente. 2. Dar conhecimento desta proposta ao Governo, à Assembleia da República, ao Presidente da República, às organizações representativas dos pescadores e armadores da região algarvia e aos órgãos de comunicação social. 3 - Dar conhecimento desta proposta às Assembleias



e Câmaras Municipais do Algarve solicitando a sua solidariedade com a luta dos armadores e pescadores da pesca do polvo, subscrevendo esta proposta.”-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que esta Moção era muito específica dado de se tratar de uma área muito particular. Referiu que o intuito inicial era a da preservação da espécie do polvo, uma vez que a captura estava a ser excessiva, incluindo a captura de juvenis que não passam pelas lotas. Disse que isto foi criado para fazer estudo com o intuito de criar uma época de defeso. Reconheceu que esta medida é prejudicial para os pescadores, mas há que ter uma visão mais ampla e geral sobre este assunto das pescas, sobretudo a médio e longo prazo. Terminou anunciando o voto contra do BE nesta Proposta da CDU.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que a questão que coloca é: porque é que os pescadores e armadores do Algarve são discriminados em relação aos restantes pescadores e armadores do País, na portaria em causa? Referiu que o Algarve pode ter até quinhentas licenças para armadores e neste momento tem cerca de duzentas e sessenta atribuídas. Disse que o aumento das armadilhas para a captura de polvos é uma questão de fiscalização, assim como o é a captura dos juvenis. Informou ainda que a questão do caranguejo também não se coloca, por parte das entidades, por isso é só uma questão de discriminação.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) começou por dizer que concordava com a intervenção do BE. Disse que as condições relacionadas com esta pesca na costa norte são diferentes das verificadas na Costa Sul. Referiu que a Portaria foi feita com a intenção de preservar a espécie. Como considera que a questão é pertinente e complexa propôs que o documento baixe à Comissão Permanente, para que dessa Comissão saia um texto consensual.---

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) reforçou a proposta do PS no sentido do documento da CDU baixar à Comissão Permanente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) aceitou a proposta de baixar o documento à Comissão Permanente.-----

-----Assim a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU, baixou à Comissão Permanente.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Na cruzada contra os pequenos e médios agricultores, a agricultura nacional e a soberania alimentar do País, o Governo PSD/CDS-PP, lançou uma nova ofensiva, em sede de Orçamento do Estado, desta vez na área da fiscalidade. Tal ofensiva é uma autêntica sentença de morte para milhares de agricultores, porque inviabiliza a produção, mesmo em sectores fundamentais para o abastecimento público, e arruinará ainda mais as economias locais e conduzirá Portugal a uma ainda maior dependência alimentar. Depois dum Poder que marginaliza a pequena e média agricultura; depois da completa desregulamentação do mercado, com desenfreados aumentos dos fatores de produção e a falta de escoamento dos produtos agro-pecuários, com preços sempre em baixa; depois de deixar alastrar pragas e doenças na agricultura, na pecuária e na floresta; depois de capitular no orçamento da UE e na nova PAC, o Governo quer agora apertar o garrote e asfíxiar a pequena e média agricultura com a



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

imposição de medidas fiscais que, sem resolver nenhum problema das finanças públicas, conduzirão à ruína e ao abandono dos campos de milhares de pequenos e médios agricultores. Numa estratégia de proteção e favorecimento do grande agronegócio e de, contra a economia e a soberania alimentar de Portugal, permitir que grandes proprietários continuem a viver de chorudos subsídios comunitários, mesmo sem produzirem, o Governo PSD / CDS-PP, a propósito da aplicação do OE, lançou um conjunto de medidas diretamente contra os pequenos e médios agricultores, arruinando-os. Apesar de todos os questionamentos e propostas do PCP durante o debate do OE 2013, confrontando a própria Ministra da Agricultura, o Governo e a maioria PSD/CDS-PP, insistiram em alterações da fiscalidade na atividade agrícola, nomeadamente no fim do regime de isenção do IVA. Apesar do adiamento para 31 de Maio da obrigatoriedade de registo nas Finanças para os agricultores com atividade comercial, que obtiveram um rendimento anual bruto superior a 10 mil euros, as medidas impostas pelo Governo, estão a provocar uma enorme indignação nos pequenos e médios agricultores e a reclamação das suas associações da sua imediata suspensão. Medidas que inviabilizarão o consumo e os mercados de proximidade e deixarão os consumidores ainda mais na mão do grande agronegócio da distribuição, a ter que comprar ainda mais produtos estrangeiros, sem controlo capaz, quando a maior parte podem ser cá produzidos, com qualidade e ajudar à recuperação económica do país. As medidas fiscais que o Governo quer agora impor, se não fossem duma extrema violência, bem se poderia dizer que são caricatas. Quando a média etária da população agrícola é de 62 anos e 77% das explorações tem menos de 5 ha, das quais 22% tem menos de 1 ha, o Governo:

- Impõe que, sem qualquer exceção, todo o agricultor, até 31 de Março, tivesse que declarar às Finanças o início ou o reinício de atividade, mesmo que tenha 80 anos e tenha de continuar a trabalhar por causa da baixa reforma, ou que seja agricultor a tempo parcial para complementar o baixo salário;
- Obriga a que, mesmo que produza só para a sua família, para ajudar os filhos, o pequeno agricultor tenha que declarar o início de atividade para poder receber o magro subsídio comunitário;
- Obriga a que, para vender no mercado local, uma couve, um ramo de salsa, meia dúzia de ovos, o agricultor tenha que passar fatura, que muitas vezes absorve a pequena margem de lucro que poderia ter, para além de ter que pagar a quem lhe faça a contabilidade e, se tiver uma receita bruta superior a 10 mil euros, ficar sujeito ao IVA e ao agravamento da contribuição para a Segurança Social;
- Obriga a que o agricultor, quando presta um pequeno serviço a outro agricultor, tenha que passar fatura;
- Obriga o agricultor a pagar mais IRS ao ser-lhe feito o somatório da reforma, do subsídio comunitário, da faturação. São medidas fiscais cegas, impostas sem qualquer avaliação do desastroso impacto que terão nos agricultores e nas suas organizações, sem qualquer avaliação dos reflexos que terão nas finanças e na economia do país. São medidas que têm merecido o repúdio de todas as organizações do sector, parte integrante duma ruínosa política de desastre nacional que tem de ser tão cedo quanto possível travada. Face ao exposto o eleito da CDU propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 29 de abril de 2013 delibere: Exigir do Governo que: 1. Suspenda de imediato a obrigatoriedade de



registo de atividade para os pequenos e médios agricultores, com menos de € 10 000 de volume de negócios; 2. Suspensão de imediato a obrigatoriedade de fatura nas transações dos pequenos e médios agricultores, com menos de € 10 000 de volume de negócios, nos mercados agrícolas locais; 3. Reponha a isenção de IVA prevista até 2012 decorrente da alínea 33) do artigo 9.º do CIVA, referentes às transações e prestações de serviços previstos nos Anexos A e B do CIVA que vigoraram até ao passado dia 1 de Abril; 4. Que seja dado conhecimento desta proposta ao Governo, Presidente da República, Assembleia da República e órgãos de comunicação social.”-

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a CDU se esqueceu de referir que o Estado Português tinha sido condenado, pela Justiça Europeia, no sentido de não poder aplicar a isenção que vigorava para os agricultores, sendo que a Moção foi criada no sentido de dar a entender que todos os agricultores vão estar sujeitos ao regime de IVA, mas a CDU sabe que não é verdade porque se entra no Regime Geral tem as isenções previstas neste regime, por isso muitos agricultores, principalmente os pequenos agricultores estão isentos de IVA. Informou que o PSD ia votar contra esta Proposta.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) compreende o documento apresentado pela CDU, mas o mesmo tem várias lacunas, não estando adequado à realidade que está a ser praticada. Anunciou o voto contra do CDS em relação a este documento da CDU.---

-----A Sra. Carla Escarducha (BE) disse que o actual Governo promete fazer uma coisa e acaba por fazer outra. Referiu que o BE votava de acordo com o princípio do documento apresentado pela CDU, dado que o princípio é bom, que é proteger os pequenos e médios agricultores e a agricultura de subsistência.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o documento da CDU apresenta algumas imperfeições, mas como a situação criada não vai beneficiar os agricultores, o PS revê-se no espírito do documento, apesar do mesmo conter alguns pormenores que não correspondem totalmente à verdade.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que lhe fazia confusão o BE e o PS estarem disponíveis em votar favoravelmente um documento deste género, quando o Estado Português foi condenado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, em Março de 2012, que julgou o regime de isenção de IVA aplicável aos agricultores portugueses contrário ao disposto na directiva de 2006, o que obrigou o Estado Português a retirar a isenção que existia. Disse que qualquer tipo de agricultura destinado à alimentação de qualquer agregado familiar, não está sujeito a imposto, porque não é uma actividade comercial. Referiu que até aos dez mil euros estão isentos de IVA.----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PSD já contemplou o País com uma série de dobras em relação ao que impõe a Troika e a União Europeia e como esta situação da agricultura não dá “lucro” o Governo PSD aplica, e a tudo o que dá “lucro” não aplica, como é o exemplo do IA – Imposto Automóvel.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse custar-lhe ouvir o PS referir o IA como se o PS, nos últimos seis anos, tivesse isentado os portugueses do Imposto Automóvel. Acrescentou que o PS devia preocupar-se em relação à política seguida pela Câmara



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal em relação à água.-----
-----Posto isto passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	1	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	4	1	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 30/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da sala o Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que, o Porto de Lagos é uma infra-estrutura pública com importância inequívoca para a comunidade local, pela relevância das diversas actividades económicas que aí têm lugar: a pesca, as actividades marítimo-turísticas, a reparação naval e a náutica de recreio; Considerando que o Porto de Lagos constitui, para as comunidades locais e envolventes, um polo de desenvolvimento inalienável para a sustentabilidade da economia local e bem estar das populações desta zona do barlavento algarvio; Considerando que o estado actual de assoreamento do Porto de Lagos, na barra, no canal de acesso e nas docas interiores, dificulta a prática da acessibilidade marítima ao porto em condições de segurança; Considerando que a barra, o canal de acesso e as docas interiores do Porto de Lagos necessitam há muito de uma dragagem de manutenção, que reponha os fundos anteriormente estabelecidos e as condições de segurança e operacionalidade da acessibilidade marítima, condições essenciais para o desenvolvimento das actividades referidas; A CDU propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 29 de Abril de 2013 delibere exigir ao Governo a dragagem da barra, do canal de acesso e das docas interiores do Porto de Lagos, repondo as condições de segurança e operacionalidade da acessibilidade marítima.”--

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este documento foi elaborado com a colaboração de um Oficial da Marinha, Piloto de Barra, que conhece a situação e que transmitiu a situação que está no documento.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que tinha tido uma conversa com o anterior Comandante do Porto de Lagos e que este, na altura, tinha-lhe dito que não existia qualquer problema com a entrada da Barra, isto há cerca de dois anos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) propôs que esta Moção baixasse à Comissão Permanente, para que, junto do actual Capitão do Porto de Lagos, se esclarecesse a situação.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) concordou com a proposta do PSD, no sentido de baixar esta Moção à Comissão Permanente.-----



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os documentos para o Período Antes da Ordem do Dia, são enviados a todos os Deputados Municipais com alguma antecedência, sendo que há tempo para “verificar” a razoabilidade dos documentos, contudo aceitou que a Moção baixe à Comissão Permanente.-----

-----Assim a Moção apresentada pelo Grupo da CDU, baixou à Comissão Permanente.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “É praticado na Meia Praia, há largos anos, um sistema de pesca artesanal aqui chamada do chichorro, e legalmente tem o nome de arte de xávega. É um sistema que utiliza exclusivamente a força humana no largar e no puxar para terra da rede, e o uso de um motor é apenas, e recentemente, no barco que larga a rede no mar a partir da areia. Esta pesca é não só um meio de vida de pescadores. Igualmente é significativa em termos de economia local, na exploração não poluente nem predadora de um recurso natural, como representa um interessante e único espetáculo para os utentes da praia, a tal ponto que visitantes se deslocam propositadamente para apreciar este trabalho, e até para participar na tarefa de puxar a rede. Acresce ainda, e com não menor interesse em termos da caracterização e identidade de Lagos, o aspecto de nível cultural, pela preservação viva de uma tradição local que, decorrendo durante todo o ano, também contribui para o combate contra a sazonalidade das actividades turísticas. Esta actividade está sujeita a licenciamento anual, pela autoridade marítima, e na Meia Praia desde sempre que tem sido concedida uma única licença. Acontece que, recentemente, tem sido atribuída uma outra licença que, legalmente, utiliza tractores para transportar e para puxar para terra a rede da xávega. Como resultado, originam prejuízos, tanto porque os tractores passam por cima das dunas afectando o cordão dunar e a flora natural, como coloca a arte em vários locais ao longo da praia e assim destrói outras artes de pesca. Além disso, não só provoca acidentes no mar com outros barcos locais por falta de sinalização da rede, como o poder mecânico de arrasto dos tractores no puxar da rede destrói a fauna e flora do leito marinho. Assim, na defesa de uma actividade local de grande interesse, o eleito da CDU propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 29 de Abril de 2013 delibere: 1. Recomendar à Câmara Municipal que promova a divulgação da arte da xávega local, artesanal, junto dos sectores escolares e turísticos e da população em geral. 2. Recomendar à Autoridade Marítima competente que não permita a utilização de meios mecânicos na prática da arte da xávega na Meia Praia. 3. Que esta proposta seja enviada à Câmara Municipal, à Autoridade Marítima, ao Governo, à Assembleia da Republica e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) anunciou o voto favorável do PS nesta Proposta de Recomendação. Disse que esta forma de pesca que se desenvolve na Meia Praia, não a artesanal, mas a mecânica, apanha muitas espécies de tamanho reduzido que muitas das vezes fica no areal, pelo que a utilização de tractores, para além da destruição do cordão dunar, não beneficia as espécies.-----

-----Posto isto foi colocada à votação da Proposta de Recomendação apresentada



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 31/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A recente aprovação, em sede de Conselho de Ministros, da criação do Centro Hospitalar do Algarve é um motivo de preocupação para toda a população que reside ou visita esta região. As populações do triângulo vicentino já conhecem e sentem bem nas dificuldades que têm no acesso aos cuidados de saúde hospitalares. Apesar das promessas e das profissões de fé, pouco a pouco, sem alardes, a criação do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, diminuiu valências em Lagos, extinguiu serviços e obrigou trabalhadores a deslocarem-se diariamente para Portimão. O hospital que hoje temos não supre as necessidades destas populações envelhecidas e empobrecidas, obrigadas a se deslocarem a Portimão. Tememos assim que este figurino se venha a repetir. Porque se as razões aduzidas para a criação do Centro Hospitalar do Algarve são poupança a nível do número de elementos do Conselho de Administração, se for o melhor aproveitamento da capacidade instalada, as facilidades no aprovisionamento e outros contratos, então estamos todos de acordo, as poupanças na saúde devem incidir aí e não na degradação dos cuidados prestados e diminuição dos direitos dos profissionais. Assim, O eleito na CDU propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 29 de Abril de 2013 delibere: - Solicitar reunião urgente ao Conselho Diretivo da ARS, IP; - Solicitar reunião ao Conselho de Administração do CHA, assim que empossado. Que nessas reuniões sejam exigidas garantias para a manutenção da prestação dos cuidados de saúde à população, nomeadamente do triângulo vicentino e a reposição dos que ao longo dos últimos anos foram desaparecendo. Desta proposta se dê conhecimento aos restantes autarcas dos Concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse concordar com a essência da Moção. Referiu que ainda ninguém tinha percebido o porquê de ainda não ter sido dado a conhecer o estudo que conclui que há mais valias na criação do Centro Hospitalar do Algarve, unindo assim os dois Conselhos de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, por isso concorda com o solicitado no documento.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que uma das mais valias que o Governo pretende com esta medida será o facilitar a mobilidade dos profissionais de saúde pelas unidade de saúde do Algarve.-----

-----Posto isto foi colocada à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 32/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a Estrada Nacional 125 está cada vez mais complicada, havendo



dificuldades em perceber o porquê da requalificação da EN 125, estar parada. Apelou para que fosse redigido um documento a demonstrar a preocupação sobre este assunto. Referiu ainda que o PSD concorda com esta posição.-----

-----A Sra. Sara Coelho (PS) leu a seguinte Declaração Política: “127 anos depois das grandiosas manifestações dos operários de Chicago e 124 anos depois de, em Paris, o Congresso Operário Internacional ter decretado o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, todo o significado e atualidade desta data se mantém, sendo ela da maior importância para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária. É o dia em que afirmamos a necessidade de progresso económico e social. É e será sempre o dia em que os trabalhadores alertam Governos e entidades patronais para os seus direitos, condições salariais e melhores condições de trabalho, entre outras. Em Portugal, os trabalhadores continuam muito afastados da média comunitária. Os nossos salários encontram-se entre os mais baixos e desiguais da União Europeia. Temos contratos de trabalho, mas nas condições mais precárias de sempre, desde o 25 de Abril de 1974. Desde que este Governo tomou posse já foram destruídos 360 mil postos de trabalho. Mais de 600 pessoas por dia perdem o emprego. Temos um número de desempregados a ultrapassar os 840 mil. O combate ao desemprego tem que ser uma prioridade deste Governo, que virou as costas aos trabalhadores – empregados ou desempregados. Um Governo que diz aos seus jovens trabalhadores para procurarem emprego no estrangeiro é um Governo que não está disposto a empenhar-se pela melhoria das condições de trabalho e pela criação de emprego. A contração da economia, os cortes nos salários, pensões e subsídios, a quebra no poder de compra, o empobrecimento, são o reflexo das políticas mantidas até aqui. Este Governo tem promovido a fragilidade dos vínculos contratuais, a insegurança no emprego, o trabalho a tempo parcial involuntário e os baixos salários através de um programa de austeridade que tem vindo a sacrificar a dignidade das condições de trabalho e de vida. É com este Governo que se tem promovido a falta de emprego digno e a degradação do valor do trabalho negando direitos inalienáveis a todos os seres humanos. Por recusar a continuidade destas políticas, por considerar que o recuo em alguns dos direitos laborais básicos, é, nos nossos dias, completamente inaceitável, a bancada do PS, de acordo com os princípios que regem o seu partido - defensor da luta por sociedades mais justas e solidárias e pela consagração e efetivação dos direitos sociais - considera que neste 1º de Maio de 2013 tem o dever, nesta sessão da Assembleia Municipal de Lagos, de manifestar as seguintes preocupações e de exigir mudanças: - Que se promova verdadeiramente o emprego, a sua manutenção e a criação de novos empregos através do investimento; - Que se zele pelos direitos dos trabalhadores e que estes sejam também reconhecidos como principal motor da economia; - Que se olhe para os trabalhadores como sendo elementos fundamentais na resolução dos problemas do país, dando relevância à sua voz, nomeadamente através de uma verdadeira concertação social; - Que, por fim, cessem as políticas contra os trabalhadores e os seus direitos.”-----

-----O Sr. Pedro Santa Rita (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) informou que a Assembleia de Freguesia da Luz decidiu elaborar um documento sobre as



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

obras de requalificação da EN 125 que será enviado a todas as entidades responsáveis e será dado a conhecer à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS se congratula com a forma como o 25 de Abril foi, mais uma vez, comemorado em Lagos.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) sobre a Declaração Política do PS disse que realmente os ideais do PS são bastante louváveis; todos têm que admitir que todos os trabalhadores têm direito ao trabalho e o 1º de Maio é uma data significativa e que deverá ser comemorada e respeitada, sendo comemorada há mais de cem anos. Todavia há uma situação que tem que ser lembrada: o PS neste momento transporta todas as dificuldades que o povo português atravessa para o actual Governo, mas esquece-se, porque a sua memória é limitada, que se hoje estamos mergulhados num caos, a políticas anteriores se deve.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 32 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 53 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 33/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2012:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 525-27.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) reconheceu que o Município tentou reduzir a despesa. Chamou à atenção para as reservas feitas pelo Revisor Oficial de Contratos no que diz respeito à inventariação do património municipal e ao facto do Revisor não validar a totalidade do imobiliário corpóreo. Disse que quem olha para os números globais vê receita no valor de quarenta milhões de euros e depois vê uma expressão “despesas pagas”, e aí há um equilíbrio das contas do Município, mas se contarmos com a despesa efectuada há um saldo negativo de dezoito milhões de euros que vai transitar para o ano seguinte, ou seja, não existe qualquer equilíbrio nas contas municipais conforme quer fazer crer o Executivo PS. Deixou a preocupação do PSD em relação aos valores que transitam de 2012 para 2013, acrescentando que isto não dá grande conforto à execução do Orçamento em vigor.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) começou por dizer que os documentos estão bastante explícitos, a exemplo dos outros apresentados em anos anteriores. Sobre os



indicadores financeiros apresentados disse que os mesmos mostram o esforço da Câmara Municipal em não baixar os braços apesar de muitas situações não estarem nas mãos da Câmara contrariá-las. Afirmou que o PS luta para que a cidade mantenha níveis de qualidade. Disse que o síndrome da dívida é preocupante e há que continuar a reduzir para tenta minimizar o nível da mesma, mas isso não vai ser concretizado num só ano. Referiu que a situação, não sendo aquela que todos queriam, é a possível para o nível de qualidade que a cidade continua a ter. Em relação à certificação de contas disse que as mesmas devem vir sem reservas, preocupando-o o facto de não estar reflectida nas contas a verba de cerca de quatrocentos mil euros para subsídios, dado a espera da pronúncia do Tribunal Constitucional sobre o Orçamento do Estado. Disse que esta situação pode-se “agradecer” ao Sr. Presidente da República e ao Governo que parecem que querem mais destruir o País do que a construí-lo, ou seja, o País está “endoidado”.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a referência ao Sr. Presidente da República não lhe parece adequada da maneira como o foi e no Ponto em discussão. Afirmou que o País “endoidou” e anda “endoidado” porque o PS durante os últimos seis anos de Governo Socialista endividou o País ao ponto de se ter chegado ao actual cenário. Acrescentou que o PS tem uma memória muito curta e muito selectiva. Disse que quem gasta mais do que tem não consegue pagar e agora vai ter que ser remediado tudo aquilo que o PS fez e para isso todos vão ter que penar muito no País e em Lagos.

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que o que dizem todos os teóricos económicos é que a receita que está a ser seguida pelo Governo PSD não é a correcta, uma vez que “carregar de sal uma comida salgada” acaba com a mesma. Lembrou que os deficits que existiam nos Governos PS não eram maiores dos que se verificam actualmente e os números do desemprego são agora maiores. Disse que se recuarmos na história, se calhar o actual Presidente da República, quando foi Primeiro-Ministro, é que está na base de toda a actual situação. Referiu que a pergunta que se põe é para onde nos leva este Governo, uma vez que estamos a ir por muitos maus caminhos.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que para se ter um Estado que defenda os cidadãos, o mesmo terá que ser redimensionado. Leu o seguinte extracto de texto que está no Relatório de Execução Financeira: “A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros, nos últimos anos, resulta dos empréstimos contratados, utilizados e visados e dos investimentos realizados. A dívida municipal inclui ainda os montantes relativos aos acordos de regularização da dívida celebrados com alguns fornecedores de bens ou serviços nos últimos anos. À data de 31 de dezembro de 2012 e após operações de encerramento do ano, verificou-se a impossibilidade de satisfação total dos encargos, resultando desse facto um montante de dívida a fornecedores e empreiteiros no total de € 18.072.828,16.” e afirmou que é esta a política socialista e perguntou se era isto o plano para uma sociedade mais justa.

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que todos sabem que, infelizmente, existe uma grande taxa de desemprego e que o desemprego é uma praga, não havendo



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

meio de aparecer o remédio para combater tal flagelo. Em relação às contas do Município louvou o esforço que o Município tem feito para reduzir a despesa, tentando manter os níveis de qualidade dos serviços e tentando manter algumas festividades, como a Feira Medieval que decorreu no fim de semana que antecedeu esta reunião, que deu algum colorido à cidade, o que é importante. Felicitou o Município pela inauguração da parte superior do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, considerando muito importante o esforço feito no sentido de dar outra imagem à cidade.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que a Bancada do PS não pode ter qualquer consideração positiva pelo actual Presidente da República, uma vez que foi um senhor que acabou com o tecido produtivo português, quando foi Primeiro-Ministro e quando entraram mais fundos comunitários em Portugal, mas a falta de consideração pelo Sr. Presidente da República tem a ver com as palavras que proferiu, como a declaração de que não ganha para as despesas, ou seja, um professor de economia, a mais alta figura da Nação, dizer ao País que não ganha para as despesas, não fica bem assim como não ficou bem queixar-se que a esposa tinha uma reforma “miserável” de oitocentos e cinquenta euros. Sobre o Governo disse que o mesmo fazia bem em continuar na sua cultura de subserviência, ignorando as questões do crescimento, as propostas do PS. Disse que Lagos tem, presentemente, das melhores infra-estruturas da Região e do País, em termos de desporto, questões sociais, estando as colectividades muito bem servidas. Referiu que apesar da crise a população de Lagos está a aumentar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse nada ter contra o documento apresentado, uma vez que o mesmo é um documento técnico; o mesmo reflecte a prestação das contas relativamente a um Plano de Actividades. Referiu que discordava do Plano de Actividades, em relação às políticas seguidas e logo não tem grande discussão a fazer em relação ao documento. Disse que a questão do endividamento é preocupante, mas também é preocupante a questão dos juros, uma vez que se o Município tivesse o valor dos juros disponível para a acção social, podia dar-se por feliz, mas os apoios sociais estão a diminuir. Perguntou qual o valor gasto nos apoios sociais em 2012. Disse que a cobrança da taxa de disponibilidade na factura da água em 2012, deu uns largos milhões para os cofres da Câmara, situação que não se verificava antes e que fez aumentar o auto-financiamento, que pode acabar um dia dadas as circunstância de falta de capital por parte das famílias.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD não se pode calar perante uma campanha de ataque pessoal por parte do PS ao Sr. Presidente da República. Referiu que alguns Deputados da Bancada do PS não devem ter ouvido, durante o fim de semana antecedente a esta Reunião, o Líder do PS dizer palavras que vão ao encontro das proferidas pelo Sr. Presidente da República aquando do seu discurso do 25 de Abril.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que se está a assistir no Governo do País a uma novela com maus actores. Referiu que era bom recordar que foi o Professor Cavaco Silva que “destruiu” a pesca, a agricultura, o sector empresarial e vendeu, a retalho, o País, a troco daquilo



que ninguém sabe, quando exerceu funções de Primeiro-Ministro. Disse que o PS não tem memória curta, mas sim efectiva e recorda-se perfeitamente que o PSD, pela ganância do Poder, recusou o PEC IV, o que implicou, com a conivência do Sr. Presidente da República, a eleições antecipadas para tomar o País de assalto; tendo ficado provado no último discurso do Sr. Presidente da República no 25 de Abril que quem governa o País é o Professor Cavaco Silva. Referindo-se ao excerto de texto lido pelo Sr. Nuno Serafim disse que este não tinha lido o texto todo já que faltava o seguinte: “Analisada a situação da dívida a terceiros em 31 de dezembro, que totalizava € 36.803.017,57, dos quais € 18.730.189,41 são relativas a dívidas de médio e longo prazo, enquanto que € 18.072.828,16 são de curto prazo. Registou-se um decréscimo de € 4.627.324,80, cerca de 11% face ao ano anterior.”. Disse que isto prova o esforço que foi feito no sentido da redução da despesa.-----

-----A Sra. Carla Escarduca (BE) disse que o Ponto em discussão estava a ser esquecido em quase noventa por cento nas intervenções. Referiu que era louvável o decréscimo da dívida e o esforço que a Câmara tem feito, mas na certificação das contas é chamada à atenção para algumas omissões verificadas. Alertou para a perigosidade que há no prosseguimento da política de aumento de licenças e de taxas, porque aí verifica-se que são os munícipes a pagar a má gestão do Município, sentindo-se as pessoas muito injustiçadas com isso, porque nada fizeram para provocar tal situação e isto verifica-se, igualmente, a nível do País.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Sr. Paulo Jorge não referiu o parágrafo lido até ao fim pois ainda falta o seguinte: “ Esta variação resulta da redução das dívidas de médio e longo prazo, que foi, em parte, compensado com o aumento verificado na dívida de curto prazo.”, ou seja, o PS gastou e não o deviam ter feito, porque não podiam. Em relação a quem destruiu o País, disse que o Sr. Paulo Jorge Reis devia ter feito referência ao que o PS fez de mal quando governou o País.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, registou, com agrado, que a generalidade das bancadas leram os documentos e todos viram que houve uma diminuição das despesas e um aumento das receitas. Agradeceu o conselho do BE e disse que essa era uma preocupação que assistia ao Executivo. Em relação à tarifa da disponibilidade cobrada na factura da água disse que a mesma é imposta pela entidade reguladora. Informou que o Revisor Oficial de Contas tinha feito as chamadas de atenção que fez, quase por dever do ofício, não representando qualquer anomalia significativa ao nível da apresentação das Contas. Acrescentou que o património está quase todo inventariado. Agradeceu as palavras de alento da Sra. Deputada do CDS. Informou que a obra à superfície do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, foi paga, na totalidade, pela Futurlagos. Disse que estes documentos já apresentam contabilidade de custos e aí já há elementos relativamente aos custos com a acção social e com todas as acções da Câmara Municipal. Referiu que a crise existe em todo o País, é um facto e isso está bem demonstrado num estudo feito pela Universidade Nova de Lisboa, sobre a direcção do Prof. João Ferrão, chamado “A Geografia da Crise”, aparecendo o Algarve e a Península de Setúbal com as situações mais dramáticas. Afirmou que as Contas reflectem as opções políticas do actual Executivo Camarário, estando as mesmas



Fl. 31v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

bem e a actividade não podia ter sido melhor nas condições existentes.-----
-----Posto isto foi submetida à votação os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2012**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	0	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	4	0	1	0	5

-----Seguidamente foi submetido à votação o **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2012**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	0	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	1	2
VOTOS CONTRA	0	4	0	1	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 34/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas, o Relatório de Gestão e a Consolidação de Contas da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2012, nos termos consignados na alínea c) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal a 16 de abril de 2013, no uso de competências delegadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 28 de outubro de 2009, e dada a conhecer à Câmara Municipal, na sua reunião pública ordinária realizada no dia 17 de abril de 2013.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A prestação de contas relativa ao ano de 2012, agora apresentada, nesta Assembleia decorre, naturalmente, da actividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de um Plano de Actividades e Orçamento aprovado pelo PS, assente na estratégia e opções políticas de gestão que definiram, nas prioridades que estabeleceram, num projecto pelo qual só o PS pode e deve ser responsabilizado. Um projecto, opções e prioridades com que não concordamos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificou, na altura, o nosso voto contra e as nossas maiores reservas. Naturalmente e em coerência, mais uma vez, não podemos estar de acordo com os elementos de prestação de contas hoje aqui aprovados, que aliás espelha bem o resultado de algumas dessas opções e prioridades, sendo essa a justificação de princípio para o nosso voto contra. Uma análise mais detalhada destes documentos não só comprova a justeza das críticas, reservas e apreensões que em tempo colocámos, como agrava ainda a nossa profunda preocupação sobre o rumo definido, a situação que daí decorre e os seus efeitos no desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida das pessoas.”-----

-----**PONTO 2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO PLANO**



PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DO CORRENTE ANO: Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 525-29.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----A Sra. Carla Escarduça (BE) disse que a necessidade desta Revisão decorre do contrato-programa com a Futurlagos para o desenvolvimento da ARU, contra a qual o BE votou, pelo que anunciou o voto contra do BE neste Ponto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se as empresas municipais ou a Câmara tinham recorrido a algum instrumento de gestão de risco, as chamadas swap. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o envio do estudo mencionado e referiu que o Prof. João Ferrão foi Secretário de Estado e esteve relacionado com o PDM de Lagos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que a Neofuturo, empresa detida por quarenta e nove por cento pela Futurlagos e cinquenta e um por cento pelo grupo MSF, tem um contrato swap que foi muito bem negociado. Referiu que o Prof. João Ferrão foi Secretário de Estado e esteve na inauguração do Anel Verde.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DO CORRENTE ANO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	0	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	4	1	1	1	7

-----**DELIBERAÇÃO Nº 35/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por maioria, a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o corrente ano – anos seguintes, nos termos consignados na alínea b) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 17 de abril de 2013.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Esta proposta de revisão orçamental pretende inscrever em orçamento verbas referentes a uma candidatura ainda não aprovada à data do orçamento, a ARU, fase 1 – Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos. A CDU votou nesta Assembleia, contra a fusão das empresas municipais (EM’s). Esta revisão por força da lei, obedece aos efeitos dessa fusão. Sendo assim, a revisão consagra, no pondo de vista legal esses efeitos. Aprovar esta revisão, corresponderia a não respeitar o interesse público, afetado pela manobra de fusão das EM s, como se está já a verificar, não só com o desaparecimento dos apoios sociais, culturais e desportivos, pela Câmara Municipal,



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mas também com toda a atividade normal da Câmara, manutenção e beneficiação de infra-estruturas, equipamentos e edifícios, enquanto se mantêm sem nenhuma afetação os compromissos assumidos ao nível das parcerias público privadas, corporizadas nas Empresas Municipais. A CDU não concordando com a fusão das empresas municipais, e portando discordando das suas consequências, vota contra esta revisão.”-----

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (MT-BTE):** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 525-31.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção passou-se à votação da **EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (MT-BTE)**.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 36/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a autorização prévia do compromisso plurianual referente ao Concurso Público para o fornecimento de energia elétrica (MT-BTE) pelo período de um ano e com o valor base de 390 000,00€ (trezentos e noventa mil euros), nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 6 de março de 2013.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 6 de maio de 2013, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 4 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 11 minutos, da madrugada do dia 30 de abril, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,-----

-----,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 33

.....

.....
